

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES

Requer informações, quanto às providências a serem adotadas no que tange a falta de sinalização horizontal e vertical na via que dá acesso a estrada para Guia e Rosario Oeste, após o Distrito de Sucuri, na Estrada Velha da Guia.

Senhor Presidente

Com base no que dispõe o artigo 162, §3º, inciso V e VI, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Cuiabá, combinado com o artigo 111, §2º, da Lei Orgânica Municipal, requeiro ao Senhor Presidente desta Casa de Leis que encaminhe ofício ao Prefeito Municipal de Cuiabá, **a Secretaria de Mobilidade Urbana para requerer informações, quanto às providências a serem adotadas no que tange a falta de sinalização horizontal e vertical na via que dá acesso a estrada para Guia e Rosario Oeste, após o Distrito de Sucuri, na Estrada Velha da Guia.**

Não obstante, a via em tela estar passando por obra estadual, é importante frisar que a mesma se encontra dentro dos limites territoriais do Município de Cuiabá, cuja a responsabilidade de trafegabilidade e sinalização é da administração pública municipal.

Tal medida visa promover maior segurança na trafegabilidade do local, eis que a falta de sinalização tem causado inúmeros acidentes de trânsito, notadamente por se tratar de fluxo de veículos dentro do perímetro urbano.

Portanto, a falta de sinalização para promover a segurança do trânsito no local é de responsabilidade municipal, sobretudo por se tratar de via atendida por transporte público coletivo e escolar municipal, que prescindem de sinalização para manejo de trânsito seguro.

Nesse contexto, visando a adequação de sinalização na via, requer-se informações quanto a previsão de instalação de sinalização horizontal e vertical, bem como, quais medidas adotadas junto ao governo estadual para em parceria, garantirem a segurança de trafegabilidade no local, eis que a falta tem causado acidentes de trânsito no âmbito territorial da capital.



Ante ao exposto, entabulamos o prazo de no máximo 15 (quinze) dias uteis para prestar as informações e cópias documentos solicitados.

JUSTIFICATIVA

A fiscalização do município, exercida pelo Poder Legislativo encontra respaldo no artigo 31 da Constituição da República; no artigo 206 da Constituição do Estado de Mato Grosso; no artigo 108 da Lei Orgânica Municipal, combinados com o artigo 2º. § 3º do Regimento Interno.

O artigo 108 da Lei Orgânica Municipal atribui ao Poder Legislativo a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do município e de suas entidades públicas direta e indireta, quanto a legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncias de receitas.

O artigo 111 do mesmo diploma legal determina que o Poder Executivo deverá, publicar e enviar à Câmara Municipal, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária dos órgãos da administração direta, das autarquias, das empresas públicas, das sociedades de economia mista e das fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

Na mesma senda, o §2º de referido artigo 111, da Lei Orgânica Municipal, determina que a requerimento de qualquer Vereador, serão fornecidas cópias de documentos no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de, em não fazendo, cometer o Poder Executivo (Prefeito), infração político-administrativa, capitulada em Lei.

A Lei a que se refere o §2º do artigo 111, da Lei Orgânica Municipal, é o Decreto-Lei nº 201/67, que em seu artigo 4º assim prescreve:

Art. 4º São infrações político-administrativas dos Prefeitos Municipais sujeitas ao julgamento pela Câmara dos Vereadores e sancionadas com a Cassação do mandato:

III - Desatender, sem motivo justo, as convocações ou os pedidos de informações da Câmara, quando feitos a tempo e em forma regular.

Nestas circunstâncias, o não atendimento do que ora se requer, caracterizará também infração artigo primeiro de referido Decreto-Lei nº 201/67, uma vez que o Executivo estaria impedindo o funcionamento regular da Câmara, em uma de suas funções institucionais mais sagradas, qual seja, a fiscalizar a execução orçamentária.





CÂMARA MUNICIPAL DE

CUIABÁ

**Processo
Eletrônico**

Nestes termos, aguarda as providências no prazo acima entabulado, de no máximo 15 (quinze) dias, sob pena do cometimento das infrações previstas no Decreto-Lei nº 201/67.

Palácio Paschoal Moreira Cabral, Sala das Sessões em, 24 de setembro de 2024.

Fellipe Corrêa (Câmara Digital) - PL

Vereador



Autenticar documento em <https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade> com o identificador 3400340035003200390036003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

